

SENTIDOS DISCURSIVOS DA OBRIGATORIEDADE DO DIPLOMA JORNALÍSTICO NO SITE DA FENAJ

Francisco Verri¹; Renata Marcelle Lara Pimentel²

RESUMO: A pesquisa busca compreender como a instituição jornalística é significada e se significa no discurso da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) a respeito da categoria profissional, na (e para a) sociedade, por intermédio de uma análise discursiva de publicações postadas no site da federação, relacionadas à obrigatoriedade do diploma para exercício profissional. Objetiva responder que identidade é essa que se busca firmar ou mesmo configurar, e que sentidos se põem em movimento nesse cenário discursivo de contradições. Para isso, foram selecionados oito artigos jornalísticos, postados no site da Fenaj, entre junho de 2005 a abril de 2009. O estudo se justifica por inscrever a possibilidade de se interrogar esse trabalho institucional de firmar, discursivamente, a existência de uma identidade jornalística, a partir da defesa da necessidade do diploma para atuar como jornalista. O percurso desenvolvido se baseia na teoria e metodologia da Análise de Discurso, de linha Francesa, na perspectiva de Michel Pêcheux.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade; Análise de Discurso; Fenaj; Jornalismo.

1 INTRODUÇÃO

O interesse na pesquisa se dá a partir do acompanhamento da disputa judicial entre empresas jornalísticas e sindicatos da área, relacionada à obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão, que resultou, no dia 17 de junho de 2009, na cassação da necessidade do curso superior específico para atuar como jornalista. Em meio a esse cenário, interroga-se sobre *que identidade é essa que a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) busca firmar quanto à instituição jornalística, direta ou indiretamente por meio de artigos postados em seu site, e que sentidos se põem em movimento nesse cenário discursivo de contradições entre necessidade e obrigatoriedade/dispensabilidade e desobrigação do sujeito diplomado.*

Toma-se como base que a Fenaj, em seu estatuto, define que a federação congrega sindicatos de jornalistas do Brasil. Esta instituição foi criada em 1946, porém, reconhecida, oficialmente, apenas em 1953, além de estar regulamentada como tendo o dever de representar a categoria na luta e defesa dos direitos e anseios. Entre os deveres, referidos no estatuto, está “zelar pela ética jornalística e defender a liberdade de imprensa” (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS, 2006, online) – tema fundamental nas discussões sobre a profissão. As decisões são debatidas entre os filiados, os quais são levados a participar dos conselhos e a aceitar as resoluções definidas. As principais decisões são aprovadas no Congresso Nacional dos Jornalistas,

¹ Acadêmico do curso de Jornalismo do Centro Universitário de Maringá – CESUMAR, Maringá-PR (CESUMAR). Programa de Bolsas de Iniciação Científica do Cesumar (PROBIC). chicoverri@hotmail.com

² Orientadora, docente do curso de Jornalismo do Centro Universitário de Maringá – CESUMAR. renatamlara@yahoo.com.br

instância na qual os jornalistas se reúnem “ordinariamente, de dois em dois anos, ou extraordinariamente, quando convocado[s] por ele[s] próprio[s], pela diretoria da Fenaj, ou por 2/3 dos sindicatos filiados” (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS, 2006, online).

A instituição apresenta em seu site publicações relacionadas à categoria, sendo a obrigatoriedade do diploma para exercício da profissão um dos temas mais explorados no período tomado para análise. Isso se dá por haver um atrito entre os profissionais e empresas, tendo o caso sido levado a conhecimento do STF (Supremo Tribunal Federal), referente ao debate sobre a Lei de Imprensa oficializada na constituição de 1988, regulamentando a profissão e definindo os requisitos para atuar como jornalista.

O percurso analítico desta pesquisa é construído com base na Análise de Discurso (AD) francesa, fundada pelo filósofo Michel Pêcheux. Orlandi (2007) explica que tal abordagem possibilita compreender como um objeto simbólico produz sentido, mediante análise do processo discursivo. Especificamente nessa pesquisa, a AD auxilia na problematização das bases de sustentação da instituição jornalística e, também, da Fenaj, que se coloca do lugar de representante da categoria.

Portanto, objetiva-se, de modo geral, analisar como a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) significa a instituição jornalística, quanto à atuação profissional, nas publicações em que tematiza a obrigatoriedade do diploma, de modo a firmar ou requerer uma identidade profissional jornalística ou mesmo reforçar a ausência de uma identidade capaz de sustentar/justificar a diplomação universitária como requisito básico para o exercício da profissão.

De forma específica, objetiva-se explorar, discursivamente, os sentidos de identidade como movimento na história e os efeitos discursivos que a tomam como processos de identificação; compreender a discursividade que sustenta o lugar de autoridade da Fenaj frente à categoria profissional, à instituição jornalística e à sociedade; explicitar possíveis contradições discursivas em funcionamento no discurso da Federação e de que forma estas sustentam ou desestabilizam seus argumentos na defesa do diploma para o exercício profissional, trabalhando no confronto de sentidos indentitários, no discurso da Fenaj, que *des*-estabilizam a instituição jornalística na sua autoridade reconhecida na e pela prática profissional autorizada pelo diploma universitário.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Considerando a relação intrínseca entre teoria e método na Análise de Discurso francesa pecheutiana, ressalta-se que o percurso analítico é norteado por um constante ir e vir à teoria.

Compreende-se, com base em Orlandi (2007), que a noção de discurso se distancia do esquema elementar da comunicação, pois a AD considera que não se trata de mera transmissão de informação, mas de um complexo processo de constituição dos sentidos e dos sujeitos. Segundo a autora (2007, p. 19), a perspectiva discursiva entende que forma e conteúdo não se separam. A forma material é “o acontecimento do significativo (língua) em um sujeito afetado pela história”.

Pêcheux (2008, p. 56) descreve que em todo discurso se marca a possibilidade “de uma estruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação”. Para o autor, o sujeito retoma, inconscientemente, sentidos sócio-histórico, os quais, a partir de descrições regulares das montagens discursivas, possibilitam a análise do discurso.

O material de análise, desta investigação, reúne oito artigos, de gênero jornalístico, publicados no site da Fenaj entre junho de 2005 e abril de 2009, relacionados

à obrigatoriedade do diploma para exercer a profissão. Tal período foi selecionado tendo em vista que, na primeira data, foi emitida uma Carta à Sociedade pela Federação Jornalística, expondo sua opinião sobre a obrigatoriedade do diploma para exercício da profissão, e, no segundo momento, período escolhido pelo STF (Supremo Tribunal Federal) para o julgamento sobre a exigência do curso superior de Jornalismo, partindo de uma interpretação da Lei de Imprensa de 1969. Nesse espaço temporal, travaram-se disputas judicial, social e midiática entre as empresas de jornalismo, jornalistas e sindicatos desses profissionais.

O processo analítico desta pesquisa explorou regularidades discursivas que possibilitaram problematizar sentidos de uma necessária marcação identitária, postos em circulação no site da Fenaj, na disputa travada pela reiteração da obrigatoriedade do diploma jornalístico. Tal marcação se deu em dois movimentos constitutivos: a luta pelo reconhecimento da obrigatoriedade do diploma pela tentativa de sustentação da existência de uma identidade para a profissão de jornalista e, nessa tentativa, a busca por validar a própria Fenaj, cuja existência identitária depende não só da existência da instituição jornalística, mas desta configurada em torno de uma profissão reconhecida e legitimada pelo diploma.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Amorim (2009, p. 41), a identidade surge nos “processos de adequação às demandas sócio-históricas” e constitui-se na relação do eu com o mundo, a partir de protótipos que serve como orientação social. Ou seja, “por meio das representações, instituímos protótipos de pessoas, de coisas, de relações sociais”, constituindo, assim, a identidade do sujeito, ou de determinado grupo que representa, visto que a tendência é se unir com sujeitos que possuem interesses semelhantes. Essa identidade se modifica conforme se alteram as demandas sócio-históricas e as identificações do sujeito.

A Fenaj define-se, em seu estatuto (online), como sendo a congregação de todos os sindicatos de jornalistas e seus sindicalistas que acatarem as ordens, normas e decisões da instituição, dando voz a todos os seus membros – para ser filiado é necessário possuir diploma específico na área. Dessa forma, quando põe em circulação, em seu site, artigos de profissionais em prol da obrigatoriedade do diploma, busca sustentar a ideia de “identidade jornalística” na/pela “identidade da federação”, a partir do discurso dos filiados que falam no seu discurso ou pelo seu discurso. Também, estabelece-se pela apropriação do discurso de sujeitos outros, que representam outras entidades, mas aos quais se abre espaço no site para validarem o discurso da federação pela defesa do diploma. No entanto, para estarem aptos a se tornarem porta-voz da Fenaj, o autor tem de se submeter ao estatuto e aos posicionamentos relativos ao tema da federação.

Ao estabelecer(-se) (como) o porta-voz autorizado, a Fenaj busca legitimar e valorizar a obrigatoriedade do diploma para exercício da profissão, frente aos sindicalistas e apoiadores e, ao mesmo tempo, à sociedade, da qual também participam organizações contrárias à federação e responsáveis pela decisão da ação interposta pelo Ministério Público Federal (MPF) e pelo Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo (Sertesp), relativa à não obrigatoriedade para exercício da profissão de jornalista.

No discurso da Fenaj (em textos assinados por representantes da federação) e nos discursos que sustentam o discurso da Fenaj (em textos de profissionais que se colocam do lado da Fenaj na luta pela obrigatoriedade do diploma) funcionam sentidos

pré-construídos³, pela própria institucional jornalística, de que o jornalismo é fundamental para o desenvolvimento da sociedade. Com base nisso, discursivamente, a federação cobra dos cidadãos apoio à obrigatoriedade do diploma de jornalismo para exercício da profissão, não como se fosse um pedido, mas como uma “obrigação” social de “reconhecer” o trabalho que os jornalistas formados (supostamente) prestam à sociedade. O apelo se sustenta na suposta perda dos benefícios que os profissionais jornalistas prestam à população caso o diploma não seja mais uma exigência.

Tal recorrência à população e a grupos específicos da sociedade, como políticos, professores e, principalmente, ao poder judiciário, responsável pela decisão da desobrigatoriedade do diploma, se dá a partir da apresentação de um fato (possível desobrigação do diploma para exercício da profissão de jornalista) e consequência (os prejuízos que tal feito acarretaria à sociedade), a fim de legitimar a causa encampada pela Fenaj e o reconhecimento a tal instituição que busca se firmar como representativa da categoria. Como é explicado por Foucault (2004, p.150), “a punição, na disciplina, não passa de um elemento de um sistema duplo: gratificação-sanção. E é esse sistema que se torna operante no processo de treinamento e de correção”.

A Fenaj, como instituição legalizada conforme as determinações da constituição, está assujeitada às normas do sistema. Por isso, a recorrência da federação em buscar o apoio de cidadãos pertencentes aos órgãos públicos, como forma de valorizar a instituição, assim como a busca por oficializar a autoridade dos jornalistas, ao solicitar a criação do Conselho dos Jornalistas – órgão formado por jornalistas, em que representantes da área discutem políticas públicas voltadas à profissão, além de fiscalizar os meios de comunicações e os jornalistas. Contudo, ao mesmo tempo em que anseia a contribuição dos órgãos públicos, critica-os, tendo em vista as decisões judiciais tomadas, em relação à obrigatoriedade do diploma jornalístico para exercício da profissão.

Pêcheux (1995, p. 145) descreve que as contradições nas condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção “são constituídas, em um momento histórico dado, e para uma formação social dada, pelo conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado”. A disputa judicial com outras entidades – como o Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão de São Paulo – pela obrigatoriedade do diploma para exercício do jornalismo – favorece a sustentação da ideia de unidade dos jornalistas como classe e, conseqüentemente, estes passam a se dizer diferentes de outros grupos, como os empresários de comunicação. Dessa forma, a federação, no papel de representante dos jornalistas, sustenta um discurso que “deve ser-dito”, de que o jornalista se diferencia das empresas jornalísticas, no que diz respeito aos interesses econômicos, podendo divulgar informação, supostamente, de qualidade para além do âmbito comercial/mercadológico.

Da mesma forma que põe em circulação a ideia de “bom jornalista”, como portador de diploma e, responsável pelo “bom” andamento da sociedade, também estabelece que o profissional deve ter um conhecimento técnico e das tecnologias. Legitima o diploma jornalístico como limite entre o que seria o “bom” e o “mal” profissional, exaltando a discussão em torno dos padrões jornalísticos e técnicas; silenciando o debate sobre os procedimentos para formar o jornalismo capacitado para exercer a profissão.

³ Para Pêcheux (1995, p. 164), o pré-construído “corresponde ao ‘sempre’ da interpelação ideológica que fornece impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (o ‘mundo das coisas’)”.

4 CONCLUSÃO

A idéia de existência de uma identidade do jornalista, em funcionamento no discurso da Federação Nacional dos Jornalistas em artigos publicados no site da Federação, assinados por pessoas que encampam tal causa – sujeitos diretamente ligados à instituição e membros de outras entidades –, sustenta-se num efeito de unidade entre seus membros e a sociedade, na qual a legitimação da instituição, a partir do apoio popular, dos órgãos públicos e de porta-vozes legitimados pela Federação torna-se essencial. A federação estabelece esses profissionais como responsáveis pela importância social do trabalho do jornalista diplomado e de seus serviços, significando-os como fundamentais para a sociedade e, conseqüentemente, exigindo a defesa dos mesmos. Mas, tendo como limite a obrigatoriedade do diploma jornalístico para exercício da profissão, para definição do “bom” e “mal” jornalista, silencia a discussão sobre o que seria, e como seria, uma formação de qualidade para o fazer jornalístico. Nesses entremeios, portanto, defender a obrigatoriedade do diploma de jornalista significa, no discurso da Fenaj, para além de uma preocupação com a qualidade da produção jornalística e do compromisso social, sustentar uma (imaginada) identidade jornalística capaz de justificar a própria existência da federação.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Marcia Fonseca. O movimento funk no Brasil. In: _____. **O discurso da e sobre a mulher no funk brasileiro de cunho erótico: uma proposta de análise do universo sexual feminino.** 2009. 188 f. Tese (Doutorado) - Unicamp, Campinas, 2009. P. 33-41.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Estatuto da Federação Nacional dos Jornalistas.** Disponível em: <http://www.Fenaj.org.br/federacao/estatuto_Fenaj.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2009.

FOCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Campinas: Pontes, 2008.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** 2. ed. Campinas: Edunicamp, 1995.